



Relatório de Avaliação do Controle Interno 0002/2020

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
INTERESSADO:	BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS Secretário de Estado de Planejamento e Gestão
C/ CÓPIA:	GUILHERME ANTÔNIO MALUF Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
ASSUNTO:	Relatório Gerencial do Subsistema de Contratações

Controle Interno. Avaliação dos controles internos do Sistema de Contratações do Poder Executivo Estadual. Diagnóstico acerca da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles nas Unidades Setoriais de Contratações.

Cuiabá - MT
Março/2020

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. CONTROLES INTERNOS**
- 3. METODOLOGIA**
- 4. ANÁLISE GERENCIAL DO SUBSISTEMA DE CONTRATAÇÕES**
 - 4.1. Pontos De Controle Com Maior Volume De Ocorrência De Achados**
 - 4.2. Questões De Auditoria Com Maior Volume De Ocorrências**
 - 4.3. Achados De Problemas Com Maior Volume De Ocorrências**
 - 4.4. Questões De Causas Com Maior Volume De Ocorrências**
- 5. ÓRGÃO CENTRAL**
 - 5.1. Subsistema Contratações – Órgão Central – Achados de Problemas**
 - 5.2. Órgão Central – Achados de Causas**
- 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

1 INTRODUÇÃO

1. O presente relatório apresenta o diagnóstico dos controles internos do Subsistema de Contratações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual de Mato Grosso, a partir de informações dos Relatórios de Avaliação de Controle Interno realizados ao longo do ano de 2019, conforme diretrizes constantes no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos e aquelas estabelecidas na Ordem de Serviço nº 193/2019, expedida pelo Secretário Controlador Geral.

2. O desenvolvimento desse trabalho está relacionado com a missão da Controladoria Geral do Estado que é o de contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos, da conduta dos servidores e fornecedores, ampliando a transparência e fomentando o controle social.

3. O objetivo é apresentar um diagnóstico acerca do funcionamento, estrutura e segurança dos controles internos, buscando identificar as fragilidades existentes e em que nível estas afetam a aderência às normas e aos procedimentos, indicando-se as ações necessárias para aperfeiçoar os processos administrativos. Busca-se, também, colher elementos para mapear riscos e selecionar atividades para o acompanhamento simultâneo e realização de ações preventivas de orientações e capacitações.

4. O resultado dessa avaliação foi dividido nos seguintes capítulos: Apresentação da Metodologia; Acompanhamento; Avaliação dos Controles Internos; Análise Gerencial; Considerações Finais.

2 CONTROLES INTERNOS

5. Os avanços apresentados pelas organizações públicas nas últimas décadas, em especial, aqueles relacionados a evolução de uma abordagem burocrática, para uma abordagem gerencial, voltada a entrega de resultados e melhoria de desempenho na prestação de serviços, provocaram profundas mudanças no desenvolvimento das atividades de controle.

6. Neste cenário, os trabalhos de auditoria evoluíram de aspectos meramente formais e contábeis para uma visão mais gerencial, de controles alinhados aos objetivos organizacionais, relacionados aos riscos que podem comprometer o alcance desses objetivos.

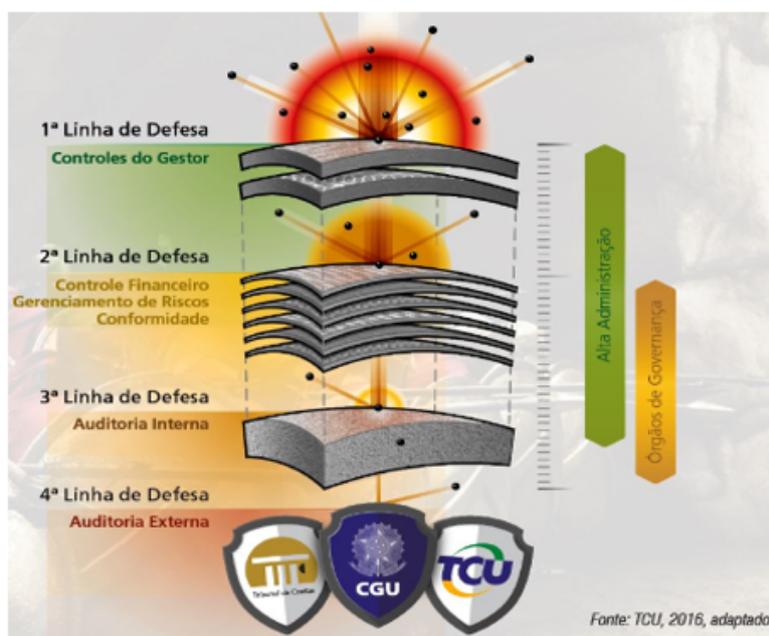
7. Essa concepção ampliou a abrangência do controle, e redefiniu papéis e funções dentro do sistema de controle interno das organizações. Ocasionalmente a evolução das atribuições do auditor interno, cuja abordagem atual está centrada na avaliação de controles internos sob a ótica do risco e com a finalidade de otimizar o processo de gestão.

8. Nesse cenário de transição, há redefinição dos papéis e funções do controle interno dentro das organizações, direcionando-se a avaliação de controles internos sob a ótica do risco e com a finalidade de otimizar o processo de gestão.

9. De acordo com o COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission as atividades de controle são representadas:

(...) pelas políticas e pelos procedimentos que contribuem para assegurar que as respostas da organização aos riscos sejam executadas. As atividades de controle ocorrem por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Elas compreendem uma série de atividades diferentes, como aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões do desempenho operacional, segurança do patrimônio e segregação de funções.

10. O modelo de Três Linhas de Defesa é uma forma de melhorar a comunicação do gerenciamento de riscos e controle por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais. Há ainda uma quarta linha de defesa, representada pela Auditoria Externa, conforme figura abaixo:



11. O controle da gerência é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos. Os gerentes operacionais gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles, sendo responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

12. A segunda linha de defesa é representada pelas diversas funções estabelecidas pela gerência de gerenciamento de riscos e conformidade com a finalidade de ajudar a desenvolver e/ou monitorar os controles da primeira linha de defesa.

13. A auditoria interna é a terceira linha de defesa cujo objetivo é prover à alta administração e ao órgão de governança, avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento dos riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos.

14. A fim de se promover a eficiência e a eficácia, deve haver a coordenação apropriada entre as diferentes linhas de defesa. Além disso, o modelo é implementado melhor com o apoio ativo e a orientação do órgão de governança e da alta administração da organização, estes têm a responsabilidade e o dever de prestação de contas sobre o estabelecimento dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançar esses objetivos e o estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos durante a realização desses objetivos.

3 METODOLOGIA

15. A metodologia para desenvolvimento da avaliação dos controles internos, observa o disposto na Resolução Normativa nº 12/2017 - TP, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que dispõe sobre procedimentos para a avaliação dos controles internos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como, as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos, e se divide em quatro fases: planejamento, execução, comunicação (relatório) e monitoramento.

16. Na Fase de Planejamento, além do levantamento de informações, definição de equipes e elaboração de cronograma, buscou-se, fundamentalmente, realizar o mapeamento de riscos dos processos e atividades.

17. Na Fase da Execução da Avaliação dos Controles Internos, utilizou-se o método de análise Problema > Causa > Recomendação. Por este método, busca-se, inicialmente, realizar análise dos problemas relacionados a cada Ponto de Controle (processos, subprocessos, atividades), através de testes de aderência a normas e procedimentos. Em seguida, procura-se identificar as fontes das causas dos problemas, a partir da avaliação da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles Internos. Por fim, são apresentadas as recomendações com a propositura, de maneira factível, de possíveis soluções, no intuito de combater e mitigar a causa do problema.

18. O detalhamento da metodologia das fases planejamento, execução, comunicação (relatório) e monitoramento são apresentadas em detalhes no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos, que pode ser acessado no site: www.controladoria.mt.gov.br.

4 ANÁLISE GERENCIAL DO SUBSISTEMA DE CONTRATAÇÕES

19. Neste capítulo, será apresentado o resultado da avaliação dos controles internos do Subsistema de Contratações, realizada em 16 (dezesesseis) órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual no ano de 2019. O objetivo é a apresentação de um diagnóstico do Subsistema, demonstrando-se os Pontos de Controle com maior número de achados de problemas constatados; os achados mais recorrentes por Ponto de Controle; as principais causas identificadas e as principais recomendações realizadas para eliminar ou mitigar as causas dos problemas.

20. As avaliações de controle realizadas no exercício de 2019, nos órgãos e entidades da Administração Estadual, consideraram o método problema > causa > recomendação. O método permitiu identificar os problemas constantes no Subsistema Gestão de

Contratações e as causas relacionadas à Estrutura, ao Funcionamento e à Segurança dos controles internos de cada unidade avaliada, compreendendo os seguintes parâmetros determinados pelo COSO: Estrutura Organizacional, Pessoas, Sistemas Informatizados, Infraestrutura Física e Tecnológica e Externalidades.

21. Os trabalhos de avaliação dos controles internos do Subsistema Contratações foram realizados em 16 (dezesesseis) órgãos/entidades: DETRAN, INDEA, INTERMAT, METAMAT, MTPREV, SEFAZ, CASA CIVIL, IPEM, SECEL, FAPEMAT, SESP, SEDUC, SES, SINFRA, JUCEMAT, UNEMAT.

22. Foram contemplados 05 (cinco) Pontos de Controle no Subsistema avaliado: Planejamento das Licitações, Gestão e Fiscalização de Contratos, Adesão a Ata de Registro de Preço, Dispensa e Inexigibilidade e Licitações Ordinárias.

23. Os achados de problemas e causas detectados na avaliação dos órgãos e entidades, depois de quantificados, foram discriminados por Ponto de Controle, permitindo a mensuração daqueles que tiveram maior incidência no universo das 16 (dezesesseis) unidades avaliadas.

24. Abaixo, estão descritas terminologias utilizadas no presente tópico:

Subsistemas: são as atividades macro de um órgão ou entidade, e podem ser enumerados como: contabilidade, contratações, financeiro, gestão de pessoas, orçamento, patrimônio e transferências;

Pontos de Controle: são processos ou rotinas consideradas essenciais e de maior importância para o bom funcionamento de um subsistema (a título de exemplo, os pontos de controle do subsistema Gestão de Pessoas são: Adicionais; Admissão; Desligamento, Assiduidade e Declaração de Bens; Cessão; Estabilidade e Progressão; Gratificações; Indenizações; Licenças e Afastamentos; Recrutamento e Seleção; Vencimentos e Remuneração.

Questões de auditoria: são questões gerais a serem respondidas no âmbito de um determinado ponto de controle. A resposta para as questões gerais, sejam questionamentos para identificação de problemas, sejam questionamentos para identificação de causas, são construídas a partir de achados de problemas ou achados de causas, devidamente analisados e evidenciados;

Respostas negativas às questões de auditoria: as respostas negativas às questões de auditoria indicam inadequações ou irregularidades nos pontos de controle.

Achados de auditoria: significam especificamente o que foi identificado, evidenciado e analisado como um problema ou como uma causa de um problema, com o objetivo de se responder a uma questão de auditoria, no âmbito de uma questão de auditoria.

25. Referidas terminologias visam à estruturação lógica do relatório, permitindo a análise de quais achados de auditoria são mais recorrentes dentro de determinadas questões de auditoria, indicando a necessidade de melhoria específica em relação aos controles internos inerentes ao achado identificado. Do mesmo modo, as questões de auditoria dentro das quais se observa o maior número de ocorrências de achados, igualmente, demandará melhorias em relação aos controles internos intermediários a elas inerentes.

26. Por sua vez, o maior quantitativo de ocorrências de achados com problemas de aderência às normas que estejam relacionados a um mesmo ponto de controle, ensejará maior cuidado no cumprimento das normas inerentes ao respectivo ponto de controle.

27. Em todos os casos, a gestão superior dos órgãos e entidades deve adotar para a implementação de controles internos confiáveis, além das melhores práticas de gestão, essencialmente, o cumprimento das normas e um bom nível de estruturação e de comunicação com os demais órgãos e entidades auxiliares e de assessoria.

4.1 PONTOS DE CONTROLE COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIA DE ACHADOS

28. Destaca-se que as avaliações de controles internos realizadas no ano de 2019, contemplaram 16 (dezesesseis) órgãos/entidades, abrangendo 05 (cinco) Pontos de Controle do Subsistema Contratações. Ressalta-se que os Pontos de Controle avaliados variaram de acordo com a unidade avaliada.

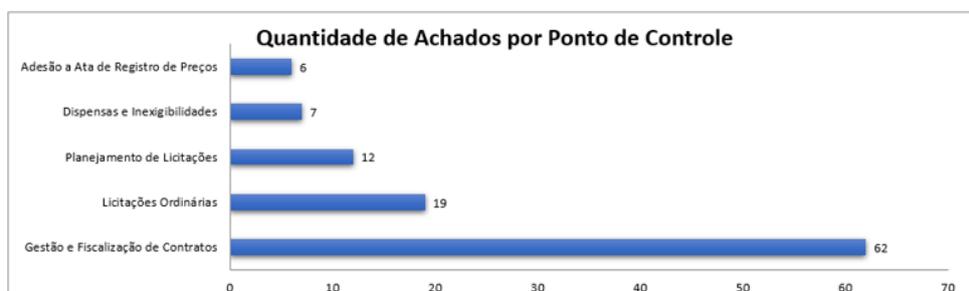
29. Nos órgãos/entidades avaliados, foram identificados no Subsistema Contratações 106 (cento e seis) achados de problemas, distribuídos em 05 (cinco) Pontos de Controle.

30. Abaixo, estão relacionados os Pontos de Controle avaliados e a quantidade de órgãos e entidades que tiveram esse Ponto avaliado:

Pontos de Controle X Quantidade de órgãos/entidades avaliados	
Adesão a Ata de Registr de Preços	15
Dispensas e Inexigibilidades	15
Licitações Ordinárias	16
Planejamento de Licitações	16
Gestão e Fiscalização de Contratos	15

Fonte: RAACI 2019 - CGE/MT

31. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos 106 achados de problemas identificados por Ponto de Controle.



32. Os Pontos de Controle com volume maior de achados identificados foram Gestão e Fiscalização de Contratos com 62 achados; Licitações Ordinárias 19 achados; Planejamento de Licitações com 12 achados e Adesão a Ata de Registro de Preço com 6 achados. Esses 4 Pontos de Controle perfizeram juntos o valor de 99 achados, correspondendo a 93,39% do total de achados identificados em todos os Pontos de Controle.

4.2 QUESTÕES DE AUDITORIA COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIAS

33. A seguir, foi realizado o levantamento das questões de auditoria com maior volume de ocorrência. De um universo de 16 (e quatro) questões de auditoria, foram identificados 245 (duzentos e quarenta e cinco) achados de problemas distribuídos em 42 (quarenta e duas) questões. Ressalta-se que não foram identificados achados em 1 (uma) questão de auditoria.

34. A tabela a seguir indica a quantidade de achados para as 06 (seis) questões de auditoria com maior número de achados de problemas:

Questão de auditoria	Ponto de Controle	Achados	%
Os contratos firmados estão devidamente formalizados de acordo com a Lei nº 8.666/93?	Gestão e Fiscalização de Contratos	48	24,00
A fiscalização do contrato atende as normas previstas na legislação e jurisprudências dos tribunais de contas	Gestão e Fiscalização de Contratos	44	22,00
A alteração contratual obedeceu as regras da lei nº 8666/93?	Gestão e Fiscalização de Contratos	29	14,50
O processo administrativo de Adesão carona está em conformidade com as normas legais?	Ata de Registro de Preços	40	20,00
O processo administrativo de Dispensa/Inexigibilidade está formalizado de acordo com as normas legais?	Dispensa e Inexigibilidade	23	11,50
As condições de participação estão conforme as normas legais e jurisprudenciais?	Fase Interna de Licitação	16	8,00

Fonte: RAACI 2019 - CGE/MT

35. As citadas questões de auditoria acima apresentaram juntas o volume de 200 (duzentos) achados, portanto, 81,63% do total de 245 (duzentos e quarenta e cinco) achados identificados em todas as questões de auditoria.

36. As questões de auditoria com maior quantidade de achados encontram-se nos Pontos de Controle Gestão e Fiscalização de Contratos e Adesão a Ata de Registro de Preços e totalizam juntas 161 (cento e sessenta e um) achados, portanto, 65,71% de total de achados identificados no Subsistema de Contratações.

4.3 ACHADOS DE PROBLEMAS COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIAS

37. Identificou-se a ocorrência de 37 (trinta e sete) achados de problemas distintos, com 106 (cento e seis) ocorrências no total. Estão demonstrados na tabela abaixo, os achados com maior volume de ocorrência nos órgãos e entidades avaliados em 2019 e que, juntos somaram 59 (cinquenta e nove) achados.

OCORRÊNCIAS DOS ACHADOS DE PROBLEMAS ORDEM DECRESCENTE

Achados	Ponto de Controle	Quantidade achados	Órgãos avaliados	Recorrência da falha %
Ausência de planejamento anual de aquisições/contratações	Planejamento das aquisições	12	16	75%
Instrução processual inadequada	Adesão a Ata de Registro de Preços	6	15	40%
Instrução processual inadequada	Licitações Ordinárias	5	16	31%
Ausência de justificativa que fundamentam a inexigibilidade	Dispensas e Inexigibilidades	5	15	33%
Ausência ou insuficiência de demonstração da vantajosidade de alterações contratuais	Gestão e Fiscalização de contratos	6	15	40%
Falhas no recebimento, atualização ou controle da garantia contratual	Gestão e Fiscalização de contratos	6	15	40%
Inconsistências e incoerências nos relatórios de fiscalização	Gestão e Fiscalização de contratos	6	15	40%
Publicação intempestiva ou deficiente dos extratos dos contratos ou seus aditamentos no DOE	Gestão e Fiscalização de contratos	6	15	40%
Ausência ou insuficiência de documentos hábeis a comprovar a efetiva execução dos objetos contratados	Gestão e Fiscalização de contratos	4	15	27%
Ausência ou inconsistências nas memórias de cálculo ou nas planilhas de formação de custos vinculados às alterações contratuais	Gestão e Fiscalização de contratos	3	15	20%

Fonte: RAACI 2019 - CGE/MT

38. A tabela acima apresentou em sua última coluna a recorrência da falha, considerando-se a razão entre a quantidade de achados identificada e a quantidade de órgãos/entidades que tiveram o ponto de controle avaliado.

39. A quantidade de achados de problema por órgão/entidade avaliado encontra-se disposta na tabela a seguir:

	Adesão a Ata de Registro de Preços	Planejamento das aquisições	Dispensas e Inexigibilidades	Licitações Ordinárias	Gestão e Fiscalização de contratos	Total
CASA CIVIL	1	1	1	4	1	8
DETRAN	0	0	1	1	7	9
FAPEMAT	0	1	1	0	5	7
INDEA	1	1	2	1	2	7
INTERMAT	1	0	0	0	17	18
IPEM	1	1	0	1	3	6
JUCEMAT	1	1	0	2	0	4
METAMAT	0	1	0	0	0	1
MTPREV	0	1	0	0	0	1
SECEL	1	1	0	0	5	7
SEDUC	0	1	2	1	2	6
SEFAZ	0	0	0	1	4	5
SES	0	1	1	1	7	10
SESP	0	1	0	1	7	9
SINFRA	0	1	2	1	0	4
UNEMAT	0	1	1	2	0	4
TOTAL	6	13	11	16	60	106

Fonte: RAACI 2019 - CGE/MT

4.4 QUESTÕES DE CAUSAS COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIAS

40. De fundamental importância é a identificação das causas que deram ensejo à existência de problemas, a fim de que se possa tecer recomendações adequadas à eliminação das causas (eliminando-se as causas, por via de consequência, eliminam-se os problemas).

41. Para identificação das causas que deram ensejo aos problemas de controle verificados, colhem-se evidências e efetuam-se análises.

42. Inicialmente, busca-se responder às questões de causa, que, no subsistema de contratações são as listadas abaixo:

1. **SISTEMAS INFORMATIZADOS** atendem as necessidades e encontra-se adequados?
2. **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL** atende as necessidades e encontra-se adequado?
3. **EXTERNALIDADES** - Existem eventos externos (externalidades) que impactaram na execução das atividades?
4. **ESTRUTURA FÍSICA** - Os recursos tecnológicos, equipamentos e

mobiliários são adequados para o bom funcionamento do setor?

5. **INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA** - Infraestrutura tecnológica atende as necessidades e encontra-se adequada?

6. **PESSOAS** - Quadro de pessoal, atende as necessidades e encontra-se com o processo de gestão adequado? A quantidade de pessoal atende as necessidades do setor? Houve, no ano corrente, capacitação dos servidores do setor em treinamentos relacionados aos seus trabalhos?

7. **PROCESSOS** - Gestão de processos, atende as necessidades e encontra-se adequado?

43. Respostas negativas às questões formuladas indicam o que se denomina de achados de causa.

44. Dentre os achados de problemas que desencadearam respostas negativas às questões de causas formuladas, foram identificados 21 (vinte e um) tipos de achados distintos, de um universo de 46, os quais se repetiram em órgãos/entidades, totalizando-se 245 (duzentos e quarenta e cinco) ocorrências.

45. Abaixo, visualiza-se a quantidade de achados por Ponto de Controle:

Quantidade de Achados por Ponto de Controle	Quantidade
Adesão a Ata de Registro de Preços	6
Dispensas e Inexigibilidades	5
Licitações Ordinárias	12
Planejamento de Licitações	11
Gestão e Fiscalização de Contratos	12
Total	46

Fonte: RAACI 2019 - CGE/MT

46. A tabela abaixo traz os achados de causas que foram identificados no Subsistema de Contratações

VOLUME DE OCORRÊNCIAS DAS CAUSAS IDENTIFICADAS POR ACHADO	
Achado	Quantidade
Manuais, instruções ou normas (procedimentos e/ou documentos padronizados)desatualizados ou inexistentes.	22
Capacitação formal insuficiente/deficitária.	8
Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos	8
Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.)	4
Deficiências nos fluxos de informação e comunicação.	3
Rotatividade excessiva (turn over) de servidores no setor.	2
Servidores com perfil (formação acadêmica) inadequados.	1

Fonte: RAACI 2019 - CGE/MT

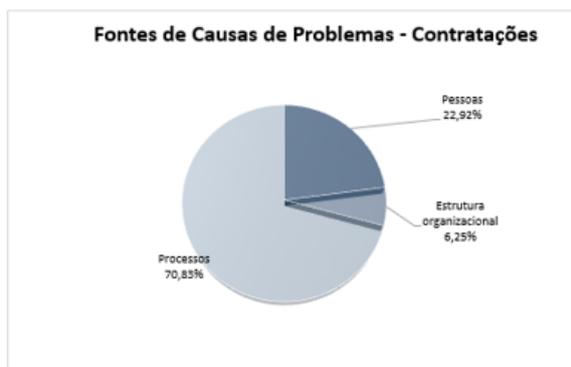
47. As 7 causas acima perfizeram o montante de 48 (quarenta e oito) ocorrências, o que representa 93,75% do total de achados de causas identificados.

48. Relacionando-se a ocorrência dos achados por tipo de questão de causa, a fim de se identificar quais questões apresentaram maior volume de achados de causa por Fontes, obtém-se o seguinte quadro:

QUESTÕES DE CAUSA	ACHADOS DE CAUSAS	QUANTIDADE DE ACHADOS	TOTAL
1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL Atende as necessidades e encontra-se adequada?	Deficiência nos fluxos de informações e comunicação	3	3
2. PESSOAS O quadro de pessoal atende as necessidades e encontra-se com o processo de gestão adequado?	Capacitação formal insuficiente/deficitária	8	11
	Rotatividade excessiva (turn over) de servidores no setor.	2	
	Servidores com perfil (formação acadêmica) inadequados.	1	
3. PROCESSOS Gestão de pessoas atende às necessidades e encontra-se adequada?	Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos.	8	34
	Manuais, instruções ou normas (procedimentos e/ou documentos padronizados) desatualizados ou inexistentes	22	
	Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.).	4	
TOTAL			48

Fonte: RACI 2019 - CGE/MT

49. Agrupando-se as causas identificadas por Fontes, verificou-se que houve a predominância da Fonte Processos e Pessoas com 93,75%. A outra Fonte de Causa foi Estrutura Organizacional que correspondeu à 6,25%.



50. A fim de solucionar as causas dos problemas identificados foram emitidas aos órgãos e entidades avaliados 76 (setenta e seis) recomendações nos Relatórios de Avaliação de Controle Interno de 2019.

51. A partir dos subtópicos iniciais (5.1, 5.2), que trataram dos pontos de controle e das questões de auditoria e questões de causas com maior volume de achados, seguem-se, nos subtópicos a seguir, os comentários acerca das análises desenvolvidas no âmbito de cada Ponto de Controle do Subsistema Contratações.

5 ÓRGÃO CENTRAL

5.1 SUBSISTEMA CONTRATAÇÕES ÓRGÃO CENTRAL ACHADOS DE PROBLEMAS

52. Das questões avaliadas com maior volume de ocorrência em 2019, foram identificados os seguintes achados de problemas, conforme demonstra-se:

Questão de auditoria	Ponto de Controle	Achados	%
Os contratos firmados estão devidamente formalizados de acordo com a Lei nº 8.666/93?	Gestão e Fiscalização de Contratos	48	24,00
A fiscalização do contrato atende as normas previstas na legislação e jurisprudências dos tribunais de contas	Gestão e Fiscalização de Contratos	44	22,00
A alteração contratual obedeceu as regras da lei nº 8666/93?	Gestão e Fiscalização de Contratos	29	14,50
O processo administrativo de Adesão carona está em conformidade com as normas legais?	Ata de Registro de Preços	40	20,00
O processo administrativo de Dispensa/Inexigibilidade está formalizado de acordo com as normas legais?	Dispensa e Inexigibilidade	23	11,50
As condições de participação estão conforme as normas legais e jurisprudenciais?	Fase Interna de Licitação	16	8,00

Fonte: RAACI 2019 - CGE/MT

53. Buscou-se junto ao órgão central as providências adotadas para dirimir as ocorrências verificadas sobre os problemas encontrados, mediante Solicitação de Informações.

54. Comprovou-se desta maneira que não houve capacitação oferecida pelo órgão central, sobre o tema de Gestão e Fiscalização de Contratos. O reflexo dessa ausência de apoio foi constatado no elevado índice de achados encontrados nesse ponto de controle (mais de 60% dos problemas).

55. Reforça-se que esta constatação fez parte do radar preventivo desta Controladoria

que diante do cenário, iniciou um programa de Capacitação dos Gestores e Fiscais de Contrato, a fim de mitigar futuras ocorrências destes problemas.

56. Outro ponto de destaque é que no exercício de 2019 não foram realizadas licitações que eram de exclusiva responsabilidade do órgão central fato esse que fez com que muitas unidades avaliadas tivessem que realizar adesões caronas a Atas existentes à época.

57. Algumas Secretarias, inclusive, extrapolaram o prazo legal de renovações contratuais (acima 60 meses), pois ficaram aguardando processo licitatório a ser realizado pelo órgão central.

58. O volume elevado de adesões, bem como o tempo necessário para sua conclusão, fez com que muitos processos não fossem instruídos da maneira mais adequada, sobretudo no que tange a montagem da cesta de preços.

59. Ademais, a ausência de um estudo técnico preliminar bem como a elaboração de Termos de Referências que mais demonstravam preocupação em serem aderentes às Atas vigentes do que evidenciaram os fundamentos da real necessidade do órgão, fez com que muitos objetos fossem adquiridos sem se observar algumas questões essenciais de logística como:

a) Horários de entrega: muitos contratos foram firmados com previsão de entrega de bens e equipamentos, em horários que o órgão não dispõe de servidores para receber os bens. (por exemplo das 12:00 as 13:00 em várias unidades orçamentárias).

b) Ausência de um estudo técnico preliminar das áreas técnicas sobre a exclusividade ou não de uma determinada solução, para justificar algumas inexigibilidades aplicadas.

60. Como consequência temos os problemas que foram descritos nos relatórios de avaliação de controle, enviados a cada uma das Unidades Orçamentárias avaliadas.

61. Assim passa-se a análise das Causas encontradas.

5.2 ÓRGÃO CENTRAL ACHADOS DE CAUSAS

62. Dos trabalhos avaliados e dos procedimentos de controle relativos ao Subsistema de Contratações, inferiu-se que tal subsistema necessita de aprimoramento, e que, as

falhas apresentadas representam riscos à eficácia do controle interno, devendo, portanto, ser perseguidas para que sejam mitigadas as ameaças à gestão de uma contratação segura.

63. Para atingir essa mitigação foram identificados, a partir do resultado das avaliações, os 04 achados de causa que tiveram maior volume de ocorrências no Subsistema de Contratações das UO's:

VOLUME DE OCORRÊNCIAS DAS CAUSAS IDENTIFICADAS POR ACHADO	
Achado	Quantidade
Manuais, instruções ou normas (procedimentos e/ou documentos padronizados) desatualizados ou inexistentes.	22
Capacitação formal insuficiente/deficitária.	8
Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos	8
Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.)	4

Fonte: RAACI 2019 - CGE/MT

64. Após informações coletadas pela Controladoria e reuniões realizada com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão SEPLAG, órgão central do subsistema de contratações, realizamos a abordagem dos itens mapeados:

Causa	Resumo das Recomendações/Soluções Propostas pelas Unidades
Manuais, instruções ou normas (procedimentos e/ou documentos padronizados) desatualizados ou inexistentes.	- Aperfeiçoamento/criação de checklists; - Criação de um manual de aquisições do órgão levando em consideração o quantitativo de pessoal e fluxo existente. - Criação de Instruções Normativas, por parte do órgão central sobre procedimentos de Fiscalização e Aquisições no Estado de Mato Grosso.
Capacitação formal insuficiente/deficitária	- Buscar capacitações não onerosas oferecidas pelo próprio executivo;
Insuficiência na supervisão/monitoramento de gestão de processos.	- Incluir no Regimento Interno/Portarias as responsabilidades os servidores/equipe responsáveis pela supervisão dos processos;
Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho)	- Realizar mapeamento dos processos do setor; - Realizar inclusão de pontos de verificação (com checklists) junto a algumas etapas do processos e não somente ao seu término.

65. Diante desse cenário verifica-se que o órgão central deve atuar diretamente na implementação de normativos procedimentais relacionados à operacionalidade das Aquisições bem como uma atuação mais efetiva, no que tange ao monitoramento das

atividades de aquisições. No entanto, conforme verificado junto às unidades orçamentárias, muito pouco foi implementado. O resultado é que não existem editais padrões no Estado nem uma uniformidade processual entre as Secretarias.

66. Soma-se a isso a constatação de que o Sistema de Aquisições do Estado SIAG, não dispõe atualmente de um suporte adequado para atender, seja na correção de bugs do sistema, seja na evolução de determinadas funcionalidades. O reflexo disso, fica visível na dificuldade de se extrair informações gerenciais do Sistema e na adesão de controles paralelos realizados pelas unidades de aquisições descentralizadas.

67. Desse modo o controle sobre as aquisições em andamento bem como as realizadas fica comprometido.

68. Identificou-se ainda que a ausência de mapeamento dos processos de aquisições, dificulta a criação de manuais e fluxos mais realistas e funcionais.

69. É necessário que o Órgão Central elabore em conjunto com as unidades orçamentárias fluxos processuais de aquisições adequados que definam as atividades a serem realizadas pelos setores visando assegurar a consistência e padronização das informações produzidas nas setoriais.

70. Ressalta-se que esse mapeamento não é imutável, devendo ser atualizado sempre que necessário, para que atenda aos normativos legais vigentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

71. O presente relatório buscou, em síntese, demonstrar:

- a) Os achados de problemas e de causas identificados nos Relatórios de Avaliação de Controle Interno no ano de 2019, apresentando aqueles com maior volume de ocorrências, distribuídos tanto por órgãos/entidades da administração pública estadual, quanto por pontos de controle e questões de auditoria e;
- b) As consequências da ausência de atuação em determinadas linhas, por parte do Órgão Central, refletidas em vários problemas encontradas nas unidades descentralizadas.

72. Diante disso, recomenda-se ao Órgão Central que:

-
- Implemente plano anual de capacitação aos servidores do Órgão Central assim como das Setoriais no âmbito do Sistema de Contratações envolvendo a gestão e fiscalização contratual;
 - Elabore em conjunto com as unidades orçamentárias fluxos processuais adequados que definam as atividades a serem realizadas pelos setores e subsetores de contratações de cada unidade visando ajustar às atividades do órgão central para assegurar a consistência e padronização das informações e procedimentos, produzidos nas setoriais;
 - Busque a melhora do sistema de aquisições do Estado, inclusive, avaliar a necessidade de se contratar uma nova solução;
 - Implemente Manuais ou cartilhas com instruções atualizadas e alinhadas aos normativos vigentes voltadas às atividades do setor de contratações a serem executadas pelas unidades descentralizadas;

73. Dessa forma, com o presente trabalho, espera-se ter contribuído com a melhoria dos controles internos inerentes ao Subsistema de Contratações, permitindo que a apresentação de um diagnóstico de deficiências encontradas possibilite uma atuação mais adequada às rotinas que demandem maior atenção.

À apreciação superior.

Cuiabá, 25 de Março de 2020

Anderson Andrey Paes Escobar
Auditor do Estado

Tatiana de Lima Piovezan
Auditora do Estado

Breno Camargo Santiago
Superintendente de Controle em Gestão Sistêmica